

## **PROPAGANDA POLÍTICA, CONSTRUÇÃO DO TEMPO E MITO VARGAS: CALENDÁRIO DE 1940**

**Angela de Castro Gomes (FGV/CPDOC e Depto. História/UFF)**

**Simpósio Cultura e política nas Américas (Coord. Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado)**

As décadas de 1930 e 1940 são identificadas, de uma forma geral, como um período em que, internacionalmente e por algumas circunstâncias, cresceram o interesse e a atenção de governos, tanto democráticos como autoritários, com uma política de comunicação que tornasse suas realizações conhecidas. Isso passava a ser fundamental para que conseguissem a adesão, e não apenas a submissão, de seus governados. Dessa forma, tais décadas viram nascer sofisticadas e diversificadas políticas de propaganda governamental, que se valeram dos mais modernos veículos e técnicas de comunicação então existentes, e foram implementadas por variados setores da administração pública, como departamentos ou mesmo ministérios especializados.

O Brasil se insere nesse contexto internacional de forma exemplar. A propaganda política ganha, no período, a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos. Uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, que precisava de divulgação para ser aprendida e apreendida pela população a que se destinava.

É, portanto, no interior de um conjunto de trabalhos que vêm se dedicando ao estudo das políticas implementadas nessa área, durante os anos do Estado Novo, que esta análise se inclui. Nesse sentido preciso seus objetivos são modestos, pois o que se deseja é aprofundar algumas reflexões sobre a dinâmica assumida pela propaganda política estadonovista, sem maiores intenções de alterar as linhas interpretativas já elaboradas sobre ela. A contribuição do texto residiria, basicamente, em ser um estudo de caso sobre uma peça de propaganda praticamente desconhecida dos estudiosos. Trata-se de um Calendário com características bem especiais, que iluminam o tipo de investimento que se estava realizando para a construção de um imaginário político sobre o regime e seu chefe, Getúlio Vargas. Esse Calendário, pertencente ao arquivo privado de Vargas, torna-se um documento ainda mais estimulante para se compreender a propaganda varguista, quando inserido no momento e contextos exatos de sua produção: o ano de 1940.<sup>1</sup>

Certamente o Chefe do Estado Novo não se ocupou de questões referentes a uma efetiva política de propaganda governamental apenas a partir do golpe de 1937. Mas pode-se dizer que é só com a instauração do Estado Novo, que as iniciativas nessa área ganham um grau de articulação, intensidade e sofisticação desconhecidos no país. Isso porque o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), já existente, é transformado, em inícios de 1938, no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que, em 1939, seria transformado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à Presidência da República. No caso, o DNP continuava integrando o Ministério da Justiça, sob o comando de Lourival Fontes, mas ampliava sua atuação para todos os campos do que então se denominava a “educação nacional”. Essa designação é plena de significados, pois apontava para uma diretriz básica do novo Estado: a da nacionalização da cultura em tempos de um Estado autoritário.

Mas se os anos de 1938 e 1939 têm grande importância no que diz respeito à montagem de uma máquina governamental dirigida à área da propaganda e da censura, eles não chegam a demarcar um ponto de inflexão na condução das diretrizes políticas governamentais. Isso vai ocorrer um pouco mais tarde, durante o ano de 1942, quando eventos da política internacional e nacional anunciam a necessidade de alterações profundas nas políticas até então empreendidas. Alterações que produzem um redirecionamento geral, tendo em vista a percepção, por parte das elites no poder, da necessidade de se abrir mão do autoritarismo, sem se abrir mão das posições então controladas, representadas particularmente pela figura de Vargas. É justamente nessa conjuntura que se executa o grande investimento de

invenção de uma ideologia, o trabalhismo, ou seja, de um discurso político em que o regime aparece voltado especificamente para o “povo trabalhador”, enfatizando-se o tema da justiça social e vinculando-o fortemente à legislação trabalhista e previdenciária elaborada e implementada desde inícios da década 1930, mas propagada com ênfase a partir de 1942.

Essa pequena digressão tem como objetivo destacar as diferenças existentes entre os anos iniciais do Estado Novo - grosso modo um espaço de tempo que vai de 1938 a fins de 1941 -, e aquele que se inicia a partir de 1942, cujo tom específico é o da ideologia trabalhista. Esse primeiro tempo guarda um outro tom político, estando fortemente dominado por um grande tema – o da nacionalização –, presente no slogan da “Marcha para Oeste” e materializado em políticas que cobrem iniciativas no campo econômico, demográfico, educacional e cultural, com destaques variados.

Fixado esse ponto, é conveniente retornar ao documento de propaganda que é objeto da reflexão deste texto: o Calendário de 1940. Trata-se de uma peça planejada e produzida antes do fim do ano de 1939, quando o Departamento Nacional de Propaganda articulava essa área. Além disso, é importante destacar que ele integrava um conjunto maior de iniciativas organizadas para o ano de 1940, quando se deveria comemorar, sob a égide do Estado Nacional, os dez anos da Revolução de 1930. Ou seja, o Calendário deve ser observado como um produto cultural de propaganda que atendia a uma ampla diretriz nacionalizadora do Estado Novo, em um dos momentos em que “comemorar” tornava-se um empreendimento de grande escala e responsabilidade.

Vale a pena mencionar algumas das iniciativas então programadas, apenas para que se possa ter a dimensão do tipo de investimento realizado e com que tipo de produtos culturais o Calendário se articulava. Provavelmente, o maior de todos eles era o projeto da Obra Getuliana, nunca finalizado.<sup>ii</sup> Um outro importante projeto, esse efetivamente realizado, foi o livro *Getúlio Vargas: estadista*. Seu autor era Azevedo Amaral, tendo sido publicado pelos Irmãos Pongetti, no Rio de Janeiro, em 1941. Um terceiro exemplo interessante é o de um documento, também do arquivo privado de Getúlio Vargas, intitulado *Brasil Novo*.<sup>iii</sup> Trata-se de um conjunto de doze cartões portais, reunidos em um envelope de cartolina negra. Os “bilhetes postais” têm em seu anverso fotografias que registram os feitos de Vargas nos anos 1930, sendo sempre acompanhados (no próprio anverso ou no reverso) por um pequeno trecho extraído de um discurso do presidente. Em todos os postais, geralmente no centro deles, aparece uma foto de Vargas. Cada cartão é uma montagem de fotos em torno de um tema – militares, economia, trabalho, saúde, educação, marcha para oeste e religiosidade –, multiplicando-se assim o efeito de demonstração/prova das realizações governamentais.

O que se está propondo nesse texto é agregar a esses produtos culturais o Calendário comemorativo do ano de 1940, produzido pela Turismo Ltda. Rio. Assim, o interesse por uma análise minuciosa desse documento decorre tanto de seu ineditismo, quanto das múltiplas possibilidades de, por meio dele, avançar na compreensão do discurso textual e imagético da propaganda política do período. No caso desse texto, será privilegiada a análise da iconografia política do Calendário.

### **- O Calendário de 1940 e a fundação de um novo tempo**

Calendários são objetos sociais que se destinam a organizar o tempo, sendo assim depositários de acontecimentos e de um sentido – medido e ordenado –, desse mesmo tempo.<sup>iv</sup> A existência do Calendário de 1940 é assim uma oportunidade e um pretexto para, mais uma vez, discutir a dinâmica de produção do mito Vargas. É conveniente começar por sua descrição mais geral, observando-se que ele é um calendário, ao mesmo tempo, utilitário e utópico, sendo essa segunda dimensão a que lhe dá real sentido. Ou seja, era possível “usar” esse calendário (como um

outro qualquer) para se organizar o tempo do ano de 1940, mas o que se desejava, de fato, era que seu possuidor, através dele, fosse informado (e formado) sobre o que o Estado Novo já havia realizado, desde sua fundação, em 10 de novembro de 1937. Desse maneira, registrando os feitos passados, o regime apontava para um grande futuro: para as esperanças e desejos que deveriam unir governo e governados.

O Calendário é composto por 53 páginas (não numeradas), tendo o tamanho de um grande álbum. Sua unidade de medida são os meses, que ocupam, cada um, cerca de 4 ou 5 páginas do volume. Dentro de cada mês, os dias se sucedem, podendo haver seis, sete ou oito dias em cada página de mês. Cronologicamente, o Calendário de 1940 registra eventos que vão do dia 10 de novembro de 1937, dia da “instituição” do Estado Novo e portanto data inicial da contagem do novo tempo, até o dia 19 de novembro de 1939, Dia da Bandeira. Duas datas emblemáticas, que abarcam cerca de dois anos de acontecimentos, concentrados nos anos de 1938 e 1939, este último interrompido em novembro, obviamente para que o Calendário pudesse ser produzido e divulgado pouco antes do ano de 1940 ter início. Ao todo estão impressos no Calendário 53 imagens e 1019 eventos que podem, grosso modo, ser nomeados como “feitos” do Estado Novo.

O que ocorre é que, como o calendário é destinado a se acompanhar o ano de 1940, os dias da semana indicados referem-se a este ano. Por exemplo, o dia 2 de janeiro de 1940 foi uma terça-feira, o que o calendário indica. Contudo, como o que esse calendário quer registrar, por excelência, são os acontecimentos que ocorreram nesse dia, e em todos os outros dias, nos anos anteriores a 1940, a partir da fundação do Estado Novo, abaixo da indicação do dia 2 de janeiro estão registrados alguns eventos dos anos de 1938 e 1939 que, a partir da ótica estadonovista, merecem destaque.

Em cada uma de suas páginas há uma ilustração, de autoria de Calmom, que é o elemento central e motivador para os olhos de quem vê. Isto é, a primeira coisa que se oferece à observação de quem tem o Calendário em mãos, são as imagens. Como Maria Helena Capelato constatou em seu trabalho,<sup>v</sup> a propaganda estadonovista, diferentemente da peronista, deu preferência ao uso da fotografia pelo efeito de “atestar a realidade dos fatos” que o recurso permitia. O Calendário constitui assim um exemplo importante que foge a essa pauta de preferência do período, com ela convivendo de maneira muito harmônica.

Analisar o projeto político de propaganda desse Calendário é considerar o discurso textual e imagético que ele oferece, o que significa dar atenção aos 1019 registros de eventos nele efetuados e aos 53 desenhos que dominam suas páginas. Para os dois casos foi necessário recorrer a alguns procedimentos metodológicos. Como as imagens são o que primeiro atrai a atenção de quem o vê e como o espaço do texto é curto, é bom começar e terminar por aí.

A primeira imagem do Calendário funciona como sua capa e ela é distinta de todas as demais. O que o desenho registra é o rosto do presidente Getúlio Vargas, de perfil, discursando. Ele fala em um microfone e, não mãos, segura um texto. A cena é figurada ao ar livre, o que evidencia que o acontecimento/discurso ocorreu à noite, pois vê-se um céu azul escuro e estrelado. Todos esses elementos remetem ao exato momento de “instauração” do Estado Nacional quando, na noite de 10 de novembro de 1937, Vargas falou pelo rádio, anunciando a nova Constituição. O Calendário se abre, portanto, com o fato fundador do Estado Novo e do tempo “marcado” por ele mesmo: o discurso, isto é, a “palavra” do presidente fixada em uma grande imagem. Anunciar, comunicar, falar ao povo é a mensagem clara do desenho de abertura.

As restantes 52 imagens seguem, todas, um padrão distinto da capa, no traço e na cor. Neste aspecto, o uso é o de uma única cor (azul, cinza, verde, marrom e avermelhado) para cada imagem, o que pode ser pensado como uma estratégia para não dispersar demais o olhar de quem vê dos textos a serem lidos. Assim, a imagem é, ao mesmo tempo, centro e cenário para os eventos que são registrados em cada página do Calendário.

A segunda observação de ordem geral é a de que essas 52 imagens, que registram um preciso acontecimento, são sempre uma composição de elementos que retratam pessoas, objetos e paisagens. O que salta aos olhos, contudo, é que em todas elas aparece a figura de Vargas, em situações e posições variadas, o que não é nada surpreendente. Para tratar do conjunto foi então elaborada uma ficha onde se registraram alguns dados. O evento priorizado pela imagem foi o primeiro desses dados, importando referi-lo a um dos textos (datando-o, portanto) e, a seguir, a caracterizar o tema mais geral que ele envolvia. A segunda preocupação foi atentar para a figura de Vargas verificando-se: o tamanho e posição de sua imagem na página, a expressão e os trajes escolhidos para retratá-lo, e as pessoas e objetos que o ladeavam. Finalmente, importava uma caracterização do espaço físico e social do evento, percebido sobretudo como um cenário, onde os personagens se situavam.

Praticamente todas as imagens podem ser inscritas em dois tipos básicos de temas, e com uma distribuição muito equilibrada. Ou elas retratam comemorações de variados tipos, onde Vargas é o centro das atenções (21), ou elas registram diversas realizações do presidente, visualmente a encarnação do regime (25). Em ambos os casos, o poder é representado como um grande espetáculo festivo. Cada quadro retrata situações, personagens e objetos que remetem a uma sociedade harmônica, confiante e feliz, organizada em torno de seu líder. O Calendário é, nesses termos, mais uma peça na construção do Estado Novo como um “tempo festivo”, como uma nova ordem econômica, social e política voltada para o progresso em sentido amplo. E são muitas as festas retratadas no Calendário. Dentre as comemorações, algumas são festas cívicas oficiais, como o dia da Independência (7/09/39, p.37). Outras, muito numerosas e variadas (num total de 12), são festas que envolvem diretamente a presença de militares. Há também festas/comemorações realizadas em homenagem a Vargas. Há algumas mais especiais, como a que marca a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 (p. 47), ou a inauguração da Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1938 (p. 51). Mas há festas de um outro teor, uma vez que são registros de realizações do governo Vargas, representadas com certa pompa, como a inauguração de obras, como casas populares em bairro do Distrito federal (19/03/38, p. 13). As imagens que fogem a esses dois tipos de festas, comemorações e realizações, não deixam de remeter, de uma certa forma, a uma situação cerimonial.

O segundo aspecto fundamental a ser observado no conjunto de imagens foi o tratamento dado à figura de Vargas, presente em todas elas. Na maioria absoluta das vezes o que se vê é o rosto ou o busto do presidente. Na maioria das vezes, a figura de Vargas é a que se impõe ao olhar de quem vê o Calendário, quer porque está em primeiro plano (no centro ou em um dos lados), quer porque é a única figura humana da cena. Portanto, quando divide a cena retratada com outras pessoas e/ou objetos é sua imagem que orienta toda a composição: é para ele que se dirigem as atenções das demais pessoas ou é ele que dirige seu olhar (e o do leitor) para o que deve ser observado. De certa forma, uma exceção a esse padrão de composição é a imagem presente na página dedicada à comemoração do aniversário do Estado Novo, já referida. Nela, a figura de Vargas não recebe destaque, dividindo o primeiro plano com mais três personagens históricos, todos militares que, da esquerda para a direita, são os seguintes: Benjamim Constant, o Fundador da República; Deodoro da Fonseca, seu Proclamador; e Floriano Peixoto, o Consolidador. Encerrando o conjunto e no mesmo grau de importância, está Vargas que estaria repetindo, em um novo tempo, o que esses heróis republicanos haviam feito no passado. Nessa imagem, como também em algumas outras, o olhar do presidente não se dirige para algo ou alguém presente na cena representada, mas sim para “fora” do Calendário, isto é, diretamente para quem o vê.

Vargas aparece quase sempre sério e compenetrado nessas imagens, olhando para alguém ou para alguma coisa: obras, atividades de trabalho, desfiles ou pessoas que a ele se dirigem, inclusive o próprio leitor. São 35 imagens em que a atitude do presidente é a de observação. Em apenas 12 cenas ele está sorrindo mais descontraído, e em 5

casos aparece lendo discursos. Trata-se, portanto, de um presidente cuja marca não é o sorriso, mas sim a seriedade, aliada à operatividade que as realizações governamentais representadas deviam reforçar no leitor.

Para se examinar mais de perto as imagens e desdobrar o tempo festivo aí figurado em temas específicos, foi construída uma tipologia com seis itens, que aparecem assim distribuídos: imagens referentes a eventos com militares, 16; imagens referentes à energia e transportes, 12; imagens referentes à educação, saúde e trabalho, 12; imagens referentes à produção econômica, 5; outras imagens, 7. O que primeiro chama a atenção é a presença do ator militar no Calendário, com frequência ao lado de Vargas, materializando-se não só através de figuras humanas, como igualmente através da representação de armas, navios, aviões e veículos militares. Além dos militares, mas em posição bem distante numericamente, são representados, muitas vezes dirigindo-se diretamente ao presidente, figuras de crianças, mulheres, trabalhadores, cientistas, médicos e enfermeiras, índios ou, em plano de fundo, a de um público que ouve ou está homenageando o presidente.

O Calendário também dá destaque a objetos, que algumas vezes dividem a cena com Vargas, recebendo até maior destaque. Entre os objetos mais representados estão aqueles que simbolizam o novo progresso técnico e a nova força política e militar prometida e em vias de implementação pelo regime. Nesse caso, o grande destaque do Calendário é para os meios de comunicação, sejam militares ou civis, o que significa mostrar navios e barcos (em 11 imagens), seguidos de aviões, trens e automóveis (em 9 imagens). Para além desse tipo de máquina, que surge com absoluta dominância, as únicas que também aparecem são os tratores, embora seja bom assinalar o desenho de torres de petróleo e de instrumentos de um laboratório de pesquisas minerais, logo, para indicadores do investimento governamental no campo da energia.

Os eventos mais diretamente ligados ao mundo econômico são proporcionalmente raros (visita a uma exposição agropecuária; inauguração da Feira Internacional de Amostras do Rio), sendo em muito suplantados pelo registro de iniciativas na área social, particularmente nos campos da educação e trabalho (inaugurações de escolas e casas para trabalhadores; entrevistas sobre a nova legislação trabalhista; homenagem recebida da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil etc). Ou seja, o ponto forte do discurso imagético do Calendário, em especial aquele centrado nos objetos da cena, são os acontecimentos que remetem à política nacionalista de integração do país através da energia e dos transportes.

É interessante observar, para concluir, que no que diz respeito às ilustrações das páginas do Calendário, o tema da política social é razoavelmente bem contemplado, tendo o mesmo número de imagens (12) que o tema referente à energia e transportes, justamente o que domina o número de registros escritos, e o que remete mais diretamente ao grande esforço governamental do momento: a integração geográfica e sociocultural do país, sob o lema da Marcha para Oeste. Também importa assinalar a importância que o desenho assume ao lado da fotografia, na medida que certamente houve uma escolha desse tipo de recurso gráfico, considerado eficiente e adequado para o tipo de mensagem e de público que o Calendário desejava alcançar.

Evidentemente, é muito difícil tratar um documento com as características que esse Calendário apresenta. Porém, aliando-se a análise das ilustrações das páginas com a distribuição dos textos, é possível compreender a direção do “tempo” por ele proposta. Ela está em grande consonância com as diretrizes gerais da política do Estado Novo em seu primeiro movimento, isto é, aquele momento que vai de sua instauração (no fim do ano de 1937) até um certo ponto de inflexão demarcado pelo alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, por volta de 1942. É basicamente a partir daí que se pode vislumbrar uma outra série de outras medidas que propagam a figura e a palavra do presidente Vargas, já então bem conhecido por um amplo público.

<sup>i</sup> GV 930.24: 981.082.3, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV.

<sup>ii</sup> Aline Lopes Lacerda, “Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial da Obra Getuliana”, em Angela de Castro Gomes (org.), *Capanema: o ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro/ FGV, São Paulo/ Ed. São Francisco, 2000, p. 103/139.

<sup>iii</sup> GV 091, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV.

<sup>iv</sup> O texto clássico sobre o assunto é o de Jacques Le Goff, “Calendário” em *História e memória*, Campinas, Ed. Unicamp, 1999.

<sup>v</sup> Maria Helena Capelato, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, Campinas, Papirus, 1998, p. 50-1.